



# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



## **PROJETO DE LEI Nº 025/2022**

### **Iniciativa: Poder Executivo Municipal**

### **Assunto: Altera e insere dispositivo na Lei Municipal nº 2.999/2009.**

## **PARECER JURÍDICO**

### **Relatório:**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, tem por objetivo promover alteração da alínea “a” e a inserção da alínea “f” no art. 40 da Lei nº 3.277/2013, que cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, estabelece normas de proteção ao Patrimônio Cultural do Município e o Fundo Municipal de Cultura.

Segundo a justificativa da proposição, *“a redação originária consta que a SECUTE só poderá receber recursos oriundos do próprio Município. Com a nova redação da alínea “a” do art. 40 da Lei que instituiu o Fundo Municipal de Cultura, que ora se propõe, poderemos também obter a captação de recursos do Estado e da União”.*

*“Também incluindo a alínea “f” no art. 40 da Lei instituidora do Fundo visando ampliar o leq ue de arrecadação para a Secretaria no tocante à Cultura, buscando uma nova fonte de recursos a serem destinados à SECUTE.”*

Em suma é o relatório.

### **PARECER:**

Inicialmente, com relação à redação, distribuição do texto e outros requisitos indicados na Lei Complementar 95/1998, considero que a proposição encontra-se dentro dos padrões exigidos pelas normas de técnica legislativa.

No que diz respeito à competência, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, os Municípios são dotados de autonomia legislativa consubstanciada na competência de legislar sobre assuntos de interesse local.

Em simetria com o referido dispositivo constitucional, o art. 28, inciso I, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e o artigo 8º, da Lei Orgânica Municipal, estabelecem as mesmas competências.

Com relação à iniciativa, também em simetria com o artigo 61, § 1º, II, “b” e “c” da Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei Orgânica Municipal, estabelece que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as leis que



# Câmara Municipal de Alegre

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Av. Jerônimo Monteiro, nº 38, 2º. Piso – Centro - Alegre (ES) - CEP: 29.500-000  
Telefax (28) 3552-1147 / 3552-3707 - cmalegre@zaz.com.br



disponham sobre a matéria objeto da proposição, conforme disposto no art. 56, parágrafo único, incisos “II” e “III”, *in verbis*:

**“Art. 56. (...)**

**Parágrafo Único – São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:**

**I – (...)**

**II – organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração;**

**III – servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade ou aposentadoria, ressalvado o disposto no art. 47;**


**IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração;”**

No que tange aos aspectos da legalidade, a proposição legislativa apresenta-se como pertinente, tendo vista a viabilidade de se promover a atualização e adequação da legislação local relacionada aos Conselhos Municipais, no sentido de torná-la compatível com as atividades administrativas e normas legais que regem a espécie.

Pelo exposto, s.m.j., do ponto de vista de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opino pela tramitação do projeto de lei em epígrafe na forma regimental.

É o parecer, sub censura.

Alegre (ES), 27 de junho de 2022.

  
Helton Guerra Jaccoud  
Jurídico - C.M.A./ES.